
*Colonos nos domínios do diretor Rheingantz: uma revolta no Sul do Brasil**

*Settlers in the fields of the director Rheingantz:
a rebellion in southern Brazil*

Patricia Bosenbecker**

Resumo: Empenhados no processo de colonização do Sul do Brasil, no decorrer do século XIX, alguns empresários criaram empresas colonizadoras, particularmente interessadas no comércio de terras. Tais empresas conduziram milhares de imigrantes para empreendimentos particulares e, ao mesmo tempo, também foram responsáveis pela administração dessas colônias. Esse processo, que, por vezes, incluiu a disputa por monopólios da comercialização da produção colonial, provocou uma série de conflitos entre imigrantes e empresários, como a revolta dos habitantes da Colônia São Lourenço – RS contra o diretor Jacob Rheingantz.

Palavras-chave: Colonização privada; imigrantes alemães; motim.

Abstract: Engaged in the process of colonization of southern Brazil in the nineteenth century, some entrepreneurs have created colonizing companies, particularly interested in trade of land. Such companies led thousands of immigrants to private enterprises, at the same time that were also responsible for administration of these colonies. This process, which sometimes included a dispute over the commercialization of agricultural production, caused a series of conflicts between immigrants and entrepreneurs, such as the revolt of the inhabitants of the Colony São Lourenço/RS and the director Jacob Rheingantz.

Keywords: Private colonization; german immigrants; rebellion.

* Este artigo é parte integrante do segundo capítulo da minha dissertação de mestrado *A colônia cercada de estâncias: imigrantes em São Lourenço – RS (1857-1877)*, no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O texto original recebeu modificações e adequações para o formato de artigo, sendo desanexado de outra parte do capítulo, referente às lideranças do movimento de 1867.

** Bacharela em História pela Universidade Federal do Rio Grande (UFRGS). Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *E-mail:* pbosenbecker@gmail.com

Por volta das 4 horas da tarde, do dia 23 de dezembro de 1867, pouco mais de duzentos colonos chegaram à casa do diretor da Colônia São Lourenço,¹ Jacob Rheingantz, que segundo os imigrantes “estava em falta do cumprimento de seus deveres”.² Ao ver por uma das janelas a multidão que se aproximava, Rheingantz se escondeu, as portas e as janelas da casa foram fechadas, muitas ameaças foram proferidas e, depois de algumas horas, o diretor deixou seu esconderijo para “se entregar” aos colonos. Mesmo refugiado no forro da sua própria residência, ouviu todas as discussões, mas, independentemente de saber ou não o que acontecia dentro da sua casa naquele momento, o empresário já conhecia as reclamações e os motivos de tanta indignação.

Jacob Rheingantz³ não era somente o diretor da Colônia (alemã) São Lourenço, era também o proprietário do núcleo, fundado por ele, no 4º Distrito de Pelotas, no sul do Rio Grande do Sul, entre 1857 e 1858. Comerciante experiente, Rheingantz reuniu no Sul do Brasil seus familiares, trazidos, aos poucos, da Europa, para auxiliar na construção da Colônia São Lourenço, até transferir toda sua família para o centro da colônia. Desde então, Jacob Rheingantz administrou o núcleo, associando-se a políticos, fazendeiros e outros moradores locais, para consolidar e ampliar seu negócio.⁴ Por outro lado, Rheingantz atuou, concomitantemente, como comerciante, comprando a produção dos colonos, com exclusividade, nos primeiros anos de funcionamento da colônia, e negociando mantimentos, utensílios agrícolas e domésticos, além de roupas e tecidos, entre outros produtos.

Com o passar de alguns anos, Rheingantz foi ganhando visibilidade e se tornou uma importante liderança alemã no Sul do País. Assim, representava boa parte dos colonos perante os órgãos governamentais, como um portavoz dos interesses dos imigrantes. Em outros momentos, agia como árbitro nos conflitos internos do núcleo, mas nem sempre com a imparcialidade necessária ao seu cargo de diretor, principalmente, pela “posição tríplice” que assumiu.⁵ Assim, neste trabalho, trataremos de um dos principais movimentos contra o empresário Jacob Rheingantz, a partir da análise das reivindicações e reclamações dos colonos no conflito no Natal de 1867, uma das maiores “desordens” envolvendo uma colônia alemã na Província do Rio Grande do Sul. (PELLANDA, 1925). A referida revolta, além de revelar tensões e disputas no interior do núcleo, é peça fundamental para a compreensão das condições que envolveram a vida dos colonos na região e da própria condição de articulador e gerenciador de Jacob Rheingantz.

Neste trabalho, utilizaremos como principal fonte de pesquisa o processo criminal que investigou a revolta e processou suas lideranças.⁶ Nesse sentido, o processo que selecionamos para acompanhar o conflito traz as versões dos seus líderes e, portanto, mostra a condição de vida dos moradores da colônia de forma diferente daquela apontada pela historiografia, que, genericamente, salienta o pioneirismo e o empreendedorismo dos colonizadores.⁷ A utilização de processos criminais nesse tipo de análise se deve, em especial, à variedade de informações contidas em depoimentos e declarações dos envolvidos em crimes, conflitos ou discussões que originam essa espécie de documento. Dessa forma, “os inquéritos policiais e processos criminais permitem maior aproximação da interação cotidiana e das interpretações – produzidas por pobres – da ação própria e dos outros, porque conservam a fala dos pobres, mesmo quando transcrita na terceira pessoa”. (MONSMA, 2005, p. 163).

Devemos cogitar na presença de um tradutor nos processos que envolvem imigrantes,⁸ já que muitos deles não falavam o idioma nacional. Mas, mesmo com as eventuais modificações que ocorrem pelas mãos dos profissionais da Justiça, que podem filtrar ou alterar partes dos depoimentos escritos na terceira pessoa, “com uma leitura cuidadosa de inquéritos e processos, pode-se apreender bastante sobre as maneiras de pensar e agir dos pobres, informações que não se encontram registradas em fontes, como jornais, produzidas pela elite escolarizada”. (MONSMA, 2005, p. 163-164).

Origens da revolta: reclamações e conflitos

Antes de trabalhar nos autos criminais, é preciso avaliar a situação em que estavam vivendo os colonos e que tipos de problema enfrentavam em São Lourenço. Uma primeira análise nos mostra que os ânimos, no interior da colônia, estavam sensivelmente acirrados desde 1865. Naquela época, grupos de colonos se organizaram e, segundo informações de Rheingantz, faziam reuniões e *encontros*, discutindo as atribuições do diretor e questionando o cumprimento de alguns compromissos assumidos com os imigrantes. A tensão teria ganhado força após um processo que Rheingantz moveu contra colonos que deviam valores relativos aos lotes comprados. Tempos depois, um grupo de imigrantes, formado por mais de cento e cinquenta pessoas, enviou à representação diplomática da Prússia um documento, no qual denunciavam as opressões que sofriam do empresário e pediam providências para que fossem libertados da escravidão em que se

encontravam. O documento foi publicado por um jornal alemão em agosto de 1865. (CUNHA apud IEPSEN, 2008, p. 81).

Em julho de 1866,⁹ novo documento foi produzido e enviado à Presidência da Província do Rio Grande do Sul. Com mais de uma centena de assinaturas, o abaixo-assinado, em português, continha cinco exigências dos colonos, que, ao mesmo tempo, explicitavam os problemas da administração do diretor, reclamavam de opressões oriundas de Rheingantz. Com certa preocupação, o grupo pedia, na sua última exigência, a demissão de Jacob Rheingantz do cargo de diretor da colônia, evidenciando a falta de confiança geral nos procedimentos do diretor.

A primeira reclamação era sobre a venda dos lotes por preços maiores do que os acertados anteriormente, com a emissão de recibos em valor menor,¹⁰ o que, conforme os reclamantes, era prova de que o diretor sonegava impostos. Em segundo lugar, os colonos cobravam os títulos de propriedade dos lotes, pois Rheingantz devia fazer esforços para obter os títulos do governo provincial, “com quanto nós sabemos que o Governo não hesitaria de nos mandar entregar os respectivos papéis, se o ‘Diretor’ tivesse tido o cuidado de pedi-los”.¹¹ Assim, os reclamantes pediam ao presidente da Província que ordenasse a entrega dos referidos títulos. No terceiro item do documento, os colonos exigiam que os lotes fossem demarcados por um engenheiro hábil, que não fosse parente do diretor, em referência ao irmão de Jacob, chamado Felipe, que era o responsável pelas medições. Na penúltima pauta, os imigrantes expuseram o que seria a mais grave negligência do diretor: não conseguiu fundar uma escola pública para as crianças. Nesse sentido, o grupo pedia ao governo fosse instalada uma escola pública “pele menos para o sexo masculino”.¹²

A maior parte dessas reclamações estaria na pauta do movimento de 1867 e forçaria o governo da Província a intervir na administração do núcleo colonial. A partir dessa correspondência, várias explicações, petições e cartas foram trocadas entre o governo provincial, Rheingantz e o grupo de colonos que encaminhou o abaixo-assinado. Rheingantz responderia oficialmente às acusações, em janeiro de 1867, chamando-as de “graciosas”. Para ele, os colonos não sabiam que tipo de documento estavam assinando, pois a maioria não entendia bem o português, outros teriam confessado que não assinaram o papel, pois não estavam presentes na reunião.

Considerando vários equívocos nos pedidos dos colonos, Rheingantz contestou todos os itens do documento. Primeiramente, afirmando que podia vender as terras pelo preço que lhe conviesse, pois era o proprietário

delas, e os contratos ficavam sob sua responsabilidade. Por tal razão, o governo provincial não podia fazer a *extravagância* de passar títulos dos lotes, porque não tinha nada a ver com os assuntos do núcleo. Segundo os contratos que Rheingantz firmou com o Império brasileiro, não era da alçada do governo provincial expedir os títulos de propriedade, tarefa que cabia ao proprietário da colônia. Já os preços dos lotes eram informal, se não formalmente, discutidos com as autoridades, e Rheingantz tinha definido por contrato o que poderíamos chamar de preços básicos para seus lotes. Por outro lado, algumas pressões políticas por parte das autoridades locais poderiam *agilizar* a concessão dos títulos e zelar pela tranquilidade do processo de colonização nas colônias privadas.

Rheingantz continuou suas explicações negando que os lotes não estivessem medidos e demarcados. Acrescentou que tinha fundado, por conta própria, cinco escolas particulares, e que a criação da cadeira pública fora aprovada em assembleia provincial “a instâncias minhas (de Rheingantz) pelos deputados Nascimento Barcellos e Vieira da Cunha”. Afirmou que não havia resposta ao pedido de demissão que os colonos fizeram, tratando-o (o diretor) “como se fosse um empregado do governo”. Rheingantz tinha a posse das terras, o que fazia do seu empreendimento um núcleo privado, sem nenhuma vinculação ao Estado ou a fiscalizações mais incisivas da parte desse.

A partir desse ponto, Rheingantz parte ao ataque, acusando José Pons, um imigrante belga morador na colônia, como o maior agitador dos colonos. Pons teria formado um grupo para construir uma Igreja Católica no núcleo. Segundo o diretor, Pons, Guilherme e João Kath e Jeremias Ostenberg estavam arrecadando dinheiro para a edificação do templo, recursos que teriam sido usados até em despesas pessoais dos envolvidos. Rheingantz tentou investigar o grupo e o destino do dinheiro e, segundo ele, tal procedimento fez brotar o ódio dos envolvidos contra ele. E, para manter a ordem, requereu ao governo que fosse providenciada a prisão de Pons, pois ele tinha conseguido “explorar [a raiva] a custo de questões religiosas plantando a cizânia e a desordem em minha colônia”.

A iniciativa do grupo em construir uma capela católica ganhou força e chamou a atenção de diversas autoridades governamentais. Donativos foram pedidos ao Ministério da Agricultura, que exigiu explicações do governo da Província sobre as condições e as demandas da colônia. Por sua vez, o presidente da Província, Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, pediu explicações a Rheingantz, que reconheceu, já em março de 1867, ter

tentado impedir os pedidos de doação, mas que o grupo, que foi chamado de “turbulento”, teria o apoio de políticos locais. Afirmou, então, desconhecer a planta da e/o orçamento referente à construção da igreja e ponderou aos governantes que conhecia as demandas coloniais e, assim, quando fosse necessário, ele encaminharia o pedido para erguer a capela. Os turbulentos, para esclarecer, eram Jeremias Ostenberg, João Kath, Filipe Schneid, Carlos Rheinbrecht, Cristiano Thurow e José Pons, que, para Rheingantz, eram todos “homens vadios e que não são [eram] verdadeiros colonos”.

Entretanto, Rheingantz não apenas se opôs aos pedidos de donativos para a edificação da capela católica, como tentou se antecipar a essa construção. Em maio de 1867, ofereceu, através de um edital, uma parte de um lote para a comunidade católica construir a sua igreja, colaborando, em nome de sua esposa, com 500 mil-réis para a construção do templo. O diretor teria tentado coordenar a construção de outras capelas pelas picadas desde 1865, mas não obteve respostas favoráveis dos colonos, principalmente, por querer distribuir “cotas” das igrejas para os imigrantes. Sem mencionar qualquer tentativa de construção por parte do grupo de Pons, Rheingantz se limitou a acusar os colonos de desunidos e indecisos. (RHEINGANTZ, 1909, p. 163-164).

Centralização do poder e repressão: o estopim da revolta

As acusações continuaram até setembro de 1867, quando Rheingantz pediu providências à Homem de Melo, pois se sentia ameaçado e cercado por intrigas. Relatou viver em estado de sítio, com a casa fechada e guardada por “bons colonos”. Também acusou os “turbulentos” de fazerem ajuntamentos nas tabernas da colônia, onde os chefes revoltosos discursavam contra ele. Contou ter sido ameaçado de morte, de ter o seu pomar e suas roças destruídas, assim como as plantações dos “bons colonos”; sendo que as medições mais recentes teriam sido arrancadas, e a desordem era tanta que os mesmos “turbulentos” erguiam cercados e valos. Depois de expor a fragilidade de sua situação, pediu para que fosse formado um distrito policial à parte, com um subdelegado e um oficial de corpo policial, além de medidas para organizar a construção da igreja e criar uma escola pública.

A situação de Rheingantz preocupou o governo, que atendeu, aos poucos, à maior parte das reivindicações do empresário. Como dissemos anteriormente, ao longo da década de 60 (séc. XIX), Rheingantz foi ganhando notoriedade e conquistou o apoio de autoridades locais e regionais, o que incluía ligações importantes com políticos da Província, que poderiam

intervir a seu favor. Na colônia, foi nomeado um subdelegado para um novo distrito, que compreendia todo o núcleo, mas a principal demanda atendida foi o destacamento de uma força policial, juntamente com a nomeação de um comandante no interior do núcleo. Essa força, de poucos homens, possuía algumas limitações, pois seus integrantes não conseguiam se comunicar com os habitantes locais nem entender seus nomes. Durante o inquérito policial, realizado após a revolta, alguns soldados revelaram conhecer apenas poucos colonos, justamente aqueles que eram desafetos do empresário.¹³

No entanto, a chegada do comandante do destacamento à colônia, Tenente Francisco Dirceu Marinho de Sá Queiroz, causou muita indignação e “desgosto pelo modo despótico porque se portou o dito Tenente, que além de ter mandado fazer um tronco segundo consta, e praticado outras arbitrariedades de igual [teor] mandou fixar um edital, em que proibia a reunião de mais de três pessoas”.¹⁴ O Tenente Marinho estava hospedado na casa de Rheingantz, ligação que incomodava muitos colonos, que entendiam a sua presença ao lado do diretor como uma forma de vigiar alguns colonos desafetos do empresário. Após a revolta, o tenente foi convencido a refugiar-se na casa de “bons colonos”, até que se retirasse definitivamente de São Lourenço.

Outra reclamação era sobre a forma de tratamento que Rheingantz se valia ao atender os colonos, pois, muitas vezes, quando os imigrantes falavam com o diretor, sozinhos ou com um parceiro, eram destratados. Um fato com essas características teria ocorrido na véspera do movimento de 23 de dezembro de 1867, quando dois colonos foram pedir explicações a Rheingantz “pelo fato de *serem abertas as cartas a eles dirigidas*, vindas da Alemanha, o mencionado empresário longe de satisfazer, *essas justas explicações* que lhe foram pedidas, *se irritou contra eles, e os despediu asperamente*”.¹⁵

Já as reclamações com relação às questões envolvendo lotes coloniais persistiam. Os problemas começavam ainda na Europa, antes do embarque, quando os imigrantes recebiam a passagem de navio e acertavam com os agentes, que representavam Rheingantz, o valor e a quantidade de lotes. Por exemplo, um colono podia comprar inicialmente apenas meio lote colonial, assinando documentos nos quais se comprometia a se instalar em São Lourenço, o que significava que os valores e as condições já estavam previamente acertados, seja das terras, seja das despesas (ou parte delas) até o núcleo colonial. Entretanto, após a instalação no lote e decorridos os prazos para quitação dos valores, o diretor, segundo depoimento dos colonos,

cobrava o dobro do valor acertado inicialmente. Após o pagamento da dívida em sua totalidade (processo que podia levar alguns anos), os colonos obtinham um recibo de quitação no valor combinado na Europa, e não da quantia realmente paga.

Além da cobrança indevida (o dobro da quantia inicialmente acertada) e das fraudes nos recibos, o empresário não passava o título de propriedade do lote, apenas entregava um recibo e, em alguns casos, era lavrada uma certidão de venda no cartório local – o que fazia parte apenas do primeiro passo para legalizar a propriedade dos colonos. Os títulos de propriedade só seriam emitidos definitivamente, após o inventário dos bens por morte de Jacob Rheingantz, em 1877, quando a esposa do diretor passou os documentos para boa parte dos colonos de São Lourenço.¹⁶

As disputas pelos lotes coloniais nos levam às consequências da administração Rheingantz e de dez anos de descaso do empresário para as demandas dos colonos, dentre os quais são fatores extremos: a falta de concessão de títulos de propriedade e a demarcação de lotes. Assim, como podemos perceber, o foco mais objetivo da revolta de São Lourenço são problemas relativos “à terra”, como títulos, valores, medições, posse, etc. No entanto, analisando com mais profundidade o processo, percebemos que a postura assumida pelo diretor Jacob Rheingantz contribuiu significativamente para impulsionar os conflitos.

De certa forma, algumas obrigações do colonizador estavam previstas pelo contrato de venda das terras onde se instalaria a colônia, passadas pelo governo imperial ao empresário, em 1856. Esse documento, entre outras questões, regulava o valor e até o tamanho dos lotes que o empresário deveria vender a colonos de origem alemã, suíça e/ou belga. O contrato inicial teria a validade de cinco anos e, de maneira geral, regulava a forma como o processo de colonização deveria ser conduzido. Tal processo, conduzido por empresários, que fixava estrangeiros em lotes coloniais, era semelhante ao processo utilizado pelos governos provinciais no Sul do Brasil, que financiava a instalação das famílias (transporte até o núcleo, ferramentas, sementes), com carência de alguns anos (em geral, dois a cinco anos) para o pagamento dos valores (passagem, utensílios, sementes e terra).

De maneira geral, problemas relacionados à demarcação, ocupação, propriedade e comercialização ilegal dos lotes coloniais eram relativamente frequentes nas colônias e acompanham o processo de colonização do Sul do Brasil, com os imigrantes alemães e, posteriormente, com os italianos. Os resultados desses procedimentos eram preocupantes, na medida em que

geravam invasões, discussões, intrigas e violência despropositada entre os envolvidos e aqueles que, muitas vezes, não tinham relação direta com os conflitos.

Independentemente da região, da época ou dos grupos envolvidos – alemães, italianos, nacionais ou ambos – as disputas pela terra foram fatores que fomentaram um cotidiano violento, como analisou Marcos Witt (2001, p. 66-72) em seu trabalho sobre os imigrantes alemães, do Litoral norte do Rio Grande do Sul. Acertadamente, o autor expôs outra questão produtora de tensões nos conflitos agrários, o fato de que, em variadas situações, as autoridades que recebiam as reclamações dos colonos eram as mais envolvidas nas infrações, mantendo uma rede de interesses próprios nos desfechos desse tipo de confronto. No caso da Colônia São Lourenço, o diretor era a principal autoridade, talvez a única e, ao lado dele, estavam as autoridades locais, como o subdelegado Oliveira Guimarães, entre outros estancieiros, todos envolvidos com seus próprios problemas relativos a questões de terra.

A ocupação de terras devolutas era outro fenômeno propulsor de conflitos, pois tanto os colonos alemães como os lavradores nacionais disputavam espaços, supostamente não ocupados, como ocorria no Litoral norte do Rio Grande do Sul. (WITT, 2001). Na colônia do extremo sul, quem avançava seus domínios sobre as terras devolutas era o próprio Jacob Rheingantz, chegando às circunvizinhanças da cidade de Pelotas. Rheingantz tentava evitar os espaços à margem da laguna dos Patos, ocupados pelos estancieiros, explorando o interior da serra dos Tapes, onde encontrava posseiros e quilombolas. Dessa forma, o empresário procurava aumentar seu negócio, já que, como ressaltou Emílio Willems (1980, p. 72), “o único móvel da colonização privada é o comércio de terras”. Além da ampliação da extensão das colônias, outras estratégias das empresas colonizadoras eram usadas para aumentar os lucros e os valores dos lotes, como a execução de obras de infraestrutura, tais como: estradas, pontes, igrejas e até escolas.

Por outro lado, parte desses problemas provinha de uma política colonial malplanejada e de erros cometidos em contratos irresponsáveis, somados à falta de recursos e à incompatibilidade entre o sistema de colonização e as demandas dos colonos (SEYFERTH, 1999), juntamente com a exploração econômica latente em colônias particulares, como a de São Lourenço. Para Seyferth, que analisou os motins ocorridos na colônia de Brusque, em Santa Catarina, a documentação disponível sobre o tema revelou que “ao contrário do que pretendiam o governo imperial e os idealizadores da política

de colonização, o estabelecimento de colônias não foi um processo tranquilo de ocupação de terras devolutas” e, por outro lado, “nem os imigrantes eram os dóceis camponeses idealizados até por decreto”. (SEYFERTH, 1999, p. 297).

Protestos, motins ou conflitos serviam para alertar as autoridades competentes sobre o descontentamento dos colonos com a forma pela qual o processo de colonização era conduzido. *Motim* era um termo bastante usado pelas autoridades brasileiras da época, na tentativa de qualificar (ou desqualificar) uma revolta de ação popular, impregnando o termo de concepções de desordens (contra o bem da Nação, contra os “cidadãos de bem”, entre outras afirmações), principalmente, contra a ordem estabelecida (mesmo que ela fosse estabelecida pelos grupos de maior poder social e econômico). Ações, portanto, reprovadas “pelos valores da ordem que sustentavam o modelo paternalista”, para se apropriar das palavras de E. P. Thompson (1998, p. 167). No entanto, usamos o termo *motim* apenas como referência ao nome dado e usado pelas autoridades envolvidas no caso, uma vez que “o termo ‘motim’ é ferramenta de análise pouco afiada para tantas queixas e motivos particulares. É igualmente um termo impreciso para descrever a ação popular”. (THOMPSON, 1998, p. 176).

Desdobramentos do motim: os conflitos persistem

Um dos resultados da reunião dos colonos na casa do diretor foram os chamados “papéis de obrigação”. Nesses documentos, Jacob Rheingantz se comprometeu a cumprir os contratos que assinava com os imigrantes ainda na Europa. Contudo, as autoridades policiais avaliaram a forma pela qual tais documentos foram assinados pelo empresário, uma vez que esse se queixava que os ditos “papéis” haviam sido extorquidos através de ameaças e, dessa forma, os documentos não possuíam validade jurídica. Jacob Decker, acusado de ser um líder da revolta, auxiliou Rheingantz a redigir o documento, escrito no idioma alemão, com cópias em alemão e em português (algumas cópias não foram recuperadas pela polícia, e Rheingantz temia sofrer novas ameaças para cumprir o que fora acordado). Segundo o acusado Decker, Rheingantz foi ameaçado, primeiro, para aparecer perante os colonos revoltosos, que tentaram pôr fogo na casa do diretor, e, depois, para assinar os “papéis”.

Após esse acordo, que estipulava que os valores pagos pelos lotes de terra seriam de 200 a 250 mil-réis, obrigação contraída ainda na Europa, alguns colonos começaram a pagar as dívidas ao diretor Rheingantz, da

mesma forma que outros colonos foram cobrar do empresário o dinheiro que fora pago a mais do que aquele anteriormente acertado. Um desses casos é o dos irmãos Pedro e Guilherme Kőnzgen, que moravam na colônia há mais de cinco anos. Os dois aproveitaram a manhã posterior à revolta para acertar as contas com Rheingantz, sendo que o primeiro foi pagar a dívida que ainda tinham relativa à compra de um lote colonial, e o segundo foi receber o que pagou a mais pelo seu terreno, mas todos os cálculos foram feitos com base nos documentos assinados durante a revolta.

Resumidamente, o valor pelo qual os lotes haviam sido vendidos por Rheingantz, aos irmãos Kőnzgen, era maior do que 400 mil-réis, porém, Pedro pagou somente 225 mil-réis (valor que tinha em mãos naquele momento). Esse pagamento foi realizado conforme os compromissos estabelecidos nos “papéis de obrigação”, assinados na noite anterior. No mesmo ato, Rheingantz entregou os 225 mil-réis, que acabara de receber, a Guilherme, que tinha pago aquela quantia a mais pelo seu lote. Guilherme contava com um sócio, Jacob Vogt, na compra do seu lote, que também recebeu parte do dinheiro referente à restituição repassada pelo diretor a Guilherme. Vogt e Guilherme Kőnzgen foram presos e indiciados por essa transação, entretanto, Pedro Kőnzgen não foi preso, apesar de ter sido indiciado.

Segundo o Tenente Marinho, algumas pessoas estavam na casa do diretor, naquela manhã, mas não foi possível identificar se outros colonos também tomaram a atitude de acertar as suas dívidas com o empresário. Esse pode ter sido um dos motivos para a saída de Rheingantz do núcleo, na noite de 24 de dezembro, buscando evitar uma situação insustentável, caso tivesse que pagar diversas quantias aos colonos em um curto espaço de tempo. Assim, após as ameaças que recebeu o diretor não se sentia mais seguro em sua casa. Nesse ato, toda a família Rheingantz abandonou a colônia, ficando apenas um caixeiro do diretor (que também seria seu cunhado).¹⁷ Entretanto, o cunhado de Rheingantz tentou acusar alguns colonos de furtarem objetos da casa do diretor e acabou “convidado” a também se retirar de São Lourenço.

Sem diretor no núcleo naquele momento, e, mais que isso, sem Rheingantz presente, o que era significativo para os habitantes de São Lourenço, uma vez que ele possuía uma amplitude de ações que iam além da atuação de um simples diretor, e na expectativa da chegada do presidente da Província ou do chefe de Polícia, os colonos resolveram ampliar as ações e zelar pela disciplina no núcleo. O movimento da multidão de colonos

levou a ações inusitadas, disciplinadas e de grandes proporções, e dessa forma, para usar os termos de Thompson, nessas ações “o extraordinário é mais a moderação do que a desordem”. (1998, p. 180). As atitudes, provavelmente, *aprovadas por um esmagador consenso popular*, usam noções de direito e manejam concepções de bem-estar social, nos remetendo à noção de “economia moral” de Thompson. Veremos algumas dessas situações.

Após pressionarem o caixeiro de Rheingantz a deixar a colônia, o mesmo grupo de imigrantes convocou o Tenente Marinho para fechar as aberturas da casa do diretor e, depois de lacrarem a casa, os colonos providenciaram uma guarda para tomar conta dos bens do empresário, composta de 12 pessoas armadas, que se revezavam com escala de turno e horários.

Outras providências foram tomadas para garantir a perfeita harmonia entre os colonos e os bens do empresário, como as resoluções postas em prática para manter vivos os animais que havia na propriedade da família Rheingantz. Apesar de ser uma atitude controversa, ela garantiu que o empresário não tivesse prejuízo com a perda de galinhas, porcos, entre outros animais (de número impreciso pelas divergências nos depoimentos). Resumidamente, podemos dizer que um grupo de colonos – e esse grupo é sempre indefinido, sendo que, em raros momentos, podemos perceber a participação dos depoentes nas atividades produzidas –, sensibilizado pela possível morte daqueles animais abandonados, resolveu vender os mesmos em um tipo de leilão improvisado para colonos interessados no negócio.

Esse leilão foi explicado mais detalhadamente pelo colono Cristiano Luiz Thurow, que declarou que o empresário deixou, na sua propriedade, um porco, uma vaca de leite e algumas galinhas, e que tais animais morreriam, porque ninguém estava tomando conta deles. Por isso, Thurow se juntou a outros colonos e decidiram vender os animais do diretor, supostamente em benefício de Rheingantz, que, evidentemente, se mostrou irritado com a iniciativa. Assim, no leilão foram vendidas as galinhas e o porco, “ficando, porém, a vaca depositada em poder de Felipe Kaul, tendo produzido essas vendas a quantia de vinte mil réis, que ficou parcialmente depositada na mão dos próprios compradores”.¹⁸

Podemos observar certa preocupação com o retorno do diretor, com relação à guarda armada que tomava conta da casa dos Rheingantz. Essas atitudes eram tomadas, provavelmente, não só pelo medo de serem acusados de mais algum crime, mas por um tipo de respeito a Rheingantz. Por outro

lado, esses procedimentos eram uma forma de legitimar o movimento e suas ações, contando com o amparo de outros colonos. A decisão de não vender a vaca de leite no leilão, ficando ela em poder de um colono vizinho da família Rheingantz, foi tomada porque o animal era de estimação de Maria Carolina, esposa de Rheingantz. Ou seja, a vaca de leite não foi a leilão simplesmente porque era de estimação, pois não há outras explicações ou declarações, apenas o fato de ser impensável ao grupo revoltoso vender o animal de estimação, o que supostamente seria um ato de desrespeito à esposa do empresário. Maria Carolina era respeitada pelos imigrantes e acompanhava os assuntos relativos à colônia. Durante o protesto, por exemplo, ela permaneceu à frente das negociações, recebeu e ouviu os colonos e não deixou a sua casa em nenhum momento.

O mesmo procedimento não foi efetivado com outras pessoas que moravam na residência do diretor, pois, durante a manifestação, alguns hóspedes da família Rheingantz foram retirados pelos revoltosos. Foi o caso do Professor Alberto Sellin, contratado por Rheingantz para lecionar em uma escola particular mantida na mesma residência. O professor foi convidado a sair da casa invadida e obrigado a ficar afastado até o fim do protesto. Outro exemplo foi a mulher do Tenente Marinho, retirada da casa de Rheingantz pela janela e posta “em lugar seguro”, pois nada se tinha contra ela. De fato, como sabemos, “a multidão claramente seleciona os seus alvos”. (THOMPSON, 1998, p. 176).

Nas ações dos revoltosos, como no leilão, por exemplo, que não era uma ação ilícita na visão dos colonos, estão compreendidas o que Thompson chama de “noções de legitimação”. Essas noções têm por base uma concepção tradicional das normas e obrigações sociais e até das funções econômicas de membros das comunidades. Thompson entende por noção de legitimação o fato de que

os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade. De vez em quando, esse consenso popular era endossado por alguma autorização concedida pelas autoridades. O mais comum era o consenso ser tão forte a ponto de passar por cima das causas do medo e da deferência. (THOMPSON, 1998, p. 152).

Nossa intenção, usando as concepções de Thompson, é salientar as práticas locais e a diversidade de posturas nas relações entre colonos e diretor. E, também, mostrar que essa perturbação social não é fruto, exclusivamente, de reações a situações de exploração econômica, ressaltando o complexo jogo de obrigações, de direitos e de deveres existente entre os locais, na maior parte das vezes, difícil de precisar ou avaliar. Por outro lado, chamamos a atenção para a ausência de mediações de autoridades civis ou religiosas no interior do núcleo de São Lourenço. Naquele período, não havia na colônia professores,¹⁹ associações culturais, pastores ou padres, que, em muitos casos, intermediavam discussões entre níveis diferentes, em circunstâncias conflituosas, como no caso das reivindicações feitas antes do movimento de 1867, ou, até mesmo, durante a revolta. Padres e pastores, por exemplo, são figuras centrais nesse processo, pois se inserem como mediadores culturais. (SEIDL, 2007).²⁰

A intervenção do governo provincial e a punição dos *culpados*

As agitações provocadas pelos colonos na noite de 23 de dezembro de 1867, a invasão da casa do diretor, as ameaças, a extorsão de documentos, bem como as transações monetárias e a saída de Rheingantz de São Lourenço, no dia seguinte, levaram os administrados provinciais a intervirem no núcleo. Rheingantz havia perdido sua autoridade e a capacidade de manter calmos os ânimos em sua colônia. Assim, em janeiro de 1868, chegava à colônia o novo diretor nomeado pelo governo provincial, o Barão de Kalden, juntamente com o chefe de Polícia da Província, Belarmino da Gama e Melo, encarregado pessoalmente de investigar os acontecimentos.

Apesar de existirem centenas de colonos envolvidos na revolta, e de alguns imigrantes participarem mais ativamente do movimento, foram presos e processados apenas 10 imigrantes:²¹ José Pons, principal adversário de Rheingantz; Christiano Luís Thurow, que tinha um histórico de conflitos com o diretor;²² Carlos Rheinbrecht e Jacob Deker, envolvidos principalmente com a elaboração dos papéis de obrigação; Felipe Schneid, que extorquiu do diretor uma ordem de despejo contra um colono, para se apoderar de um lote que Rheingantz havia tomado dele e revendido; Jacob Vogt, que recebeu valores que havia pago a mais pelos lotes, conforme papéis de obrigação; Jeremias Ostenberg e André Poulsen, que fugiram logo após serem presos e, ao que tudo indica, apenas Poulsen retornou a São Lourenço; já Guilherme e o irmão Pedro Könzgen foram indiciados

por terem acertado as contas com Rheingantz baseados nos papéis assinados durante a revolta.

O chefe de Polícia requereu, na pronúncia, a punição das lideranças do movimento como um exemplo para os demais, uma vez que duas centenas de imigrantes se rebelaram em São Lourenço e, portanto, era necessário coibir com todo o rigor as manifestações dessa ordem para evitar novos conflitos. Entretanto, no primeiro julgamento, realizado em Pelotas, os acusados foram absolvidos pelos jurados. O Juiz de Direito encaminhou apelação ao Tribunal da Relação do Distrito, em 25 de julho de 1868, alertando para os perigos que a impunidade poderia trazer num caso tão crítico, como os atos realizados pelo movimento.²³ Apesar de muitas contradições e tentativas de embaraçar as autoridades, nenhum dos acusados reconheceu a posição de “cabeça do motim”.

Por um lado, o grupo revoltoso reivindicava melhorias nas condições de vida dos colonos e procedimentos administrativos mais adequados do diretor, e, por outro, enfrentava o principal líder alemão do Sul no Rio Grande do Sul; líder esse que ganhava notoriedade fora dos limites coloniais. Entretanto, não podemos evitar o fato de que boa parte dos acusados de liderarem o movimento tinha interesses bastante concretos com a oposição a Rheingantz. Essas intenções, de forma geral, eram relativas a uma maior liberdade comercial na colônia. Ainda em 1865, os colonos reclamavam em documentos enviados à Prússia o fim do monopólio comercial de Rheingantz. (CUNHA apud IEPSEN, 2008, p. 81). Lembramos que, até o estopim da revolta, Rheingantz tinha o monopólio da venda da produção dos colonos, além do monopólio do abastecimento da colônia, principalmente, de implementos agrícolas e de tecidos.

No decorrer da pesquisa, percebemos que havia outros comércios no núcleo, mas que não compravam, ou vendiam, os gêneros agrícolas produzidos pelos colonos. A maioria dessas casas apenas comercializava bebidas alcoólicas, velas, entre outros objetos de uso mais comum, embora não seja possível estabelecer qual tipo de produto poderia ou não ser vendido por elas. A limitação econômica, enfrentada pelos colonos estabelecidos no núcleo, tivessem eles dívidas com Rheingantz ou não, é um motivo importante a considerar, pois pôde ter sido um dos responsáveis por uma investida de grandes proporções dos opositores de Rheingantz.²⁴

Mesmo imigrantes que não fossem comerciantes na Europa poderiam, depois de um certo tempo na nova terra, acalentar pretensões de desenvolver atividades nesse ramo. Tomando por referência a evolução colonial descrita

por Paul Singer (1977, p. 159), em sua análise sobre o Rio Grande do Sul, depois de ultrapassar a fase de desmatamento e da agricultura de subsistência, os núcleos coloniais atingiam a expansão agrícola que permitiria a posterior especialização, tendo em vista a comercialização (que o autor chama de “fase 3”). Rheingantz poderia estar monopolizando para si e a sua família uma evolução que, em outros núcleos coloniais, ocorria de modo diversificado. O diretor não controlava somente o comércio (ou o preço dos produtos) durante os primeiros anos da colônia, mas também o transporte de mercadorias e a venda e distribuição de produtos manufaturados ou industrializados, como tecidos e móveis, por exemplo.²⁵

Passada a revolta foi preciso algum tempo para o reestabelecimento *da ordem* na colônia São Lourenço. Em 1869, uma comissão²⁶ foi nomeada pela Presidência da Província, com o objetivo de intermediar soluções para resolver os problemas ainda pendentes entre colonos e o empresário. Os trabalhos começaram em 22 de dezembro de 1869, com uma série de reuniões, que se estenderam até o ano seguinte, sendo apresentado um relatório sobre a revolta e a situação da colônia. Nessas reuniões, o Agente Intérprete da Colonização chamou o empresário Rheingantz para conversar com os imigrantes, levando para a colônia o Cônsul da Alemanha, que intermediou algumas conversas. Compareceram às reuniões da comissão 143 colonos (em 1869, havia 448 lotes coloniais, distribuídos em dez picadas), que reclamavam de valores cobrados pelo empresário (de passagens e de lotes), além da medição e demarcação das terras, como também da delimitação das estradas de algumas picadas.

O agente intérprete Lothar de La Rue também chamou alguns colonos experientes e mais “inteligentes” (para nos apropriarmos do termo que ele utilizou) na tentativa de acalmar os ânimos. Juntamente com um comerciante de Rio Grande (João Berger), apontado como bastante influente entre os colonos e possivelmente antigo morador de São Lourenço, foram acertados os últimos detalhes da participação mais incisiva do governo provincial. Apesar de considerar que Rheingantz atuou em frentes contraditórias (administrador, empresário e comerciante), Lothar de La Rue ponderou que o diretor não agiu de má-fé e que se portou da melhor maneira possível ocupando essas posições. Por outro lado, mostrou que o diretor agiu precipitadamente e “em lugar de o empresário saber neutralizar tais mancomunicações, auxiliou ele os desgostos por provocações e vexames que praticou contra os colonos bons”, através de uma “energia mal cabida no caso”.²⁷

A comissão conseguiu efetivar alguns acordos, principalmente, sobre as medições e demarcações de lotes e dívidas dos colonos. Por fim, o agente intérprete requereu que o novo diretor da colônia tivesse maior autoridade, ocupando algum cargo, como o de subdelegado de Polícia, por exemplo. Assim, o governo provincial, que já havia criado o 5º Distrito de Pelotas (área correspondente à colônia), nomeou como subdelegado, principal autoridade local, o Tenente-Coronel Pedro (Francisco) Affonso Mabilde,²⁸ que passou a ocupar também o cargo de diretor do núcleo, mas a iniciativa não evitou novos conflitos.

No início de 1870, alguns colonos tiveram os lotes invadidos por vizinhos de outra picada, que resolveram construir um novo acesso por cima daquelas propriedades, pelas más condições da estrada pública existente. Após xingamentos e ameaças, o diretor tratou de melhorar o caminho público, construindo pontes, aumentando a largura da estrada e destruindo o caminho feito pelos colonos descontentes. Pedro Affonso Mabilde mostrou-se preocupado com a falta de respeito às autoridades brasileiras, pois os imigrantes “entendem que não devem prestar obediência às autoridades brasileiras, não é possível que uma autoridade do país, jamais exerça as funções de seu cargo nesta colônia, toda composta, como disse, de estrangeiros” e que tal situação era “perigosa para o país”.²⁹

Mabilde identificou os problemas e descobriu que os colonos foram aconselhados a “fazer o pior” por taberneiros, que despeitadamente desmereciam as autoridades nacionais. Mostrando-se irritado com a forma pela qual foi tratado, já que fora ignorada sua autoridade, tentou processar os envolvidos. Por outro lado, o novo diretor acreditava que essas contrariedades eram decorrentes da impunidade dos líderes da revolta de 1867.

A situação dos colonos de São Lourenço era conturbada, passando por conflitos, por vezes violentos, gerados por disputas de terras e por administrações nem sempre transparentes, quando não francamente autoritárias, que, em variadas situações, tinham mais interesses particulares do que compartilhados com os anseios dos imigrantes. Rheingantz era visto como um intermediador fundamental entre os interesses dos imigrantes e os de brasileiros, mas sua “posição tríplice” levou-o a tomar atitudes contraditórias, criando relações de dependência, extremamente prejudiciais aos colonos. Mesmo assim, o empresário, que retomou a direção da colônia em 1870, não deixou de atender às “carências” e demandas dos seus administrados, que longe das antigas formas de convivência preponderantes

na Europa, necessitavam, por vezes, de um referencial e de auxílio em suas dificuldades ditas mais comunais. No entanto, os problemas persistiriam, ganhando novos contornos após a morte do empresário. Esses novos conflitos, em especial, com posseiros ou moradores locais sem regularização das terras onde produziam, tomariam a agenda dos administrados da colônia a partir de meados da década de 70 (séc. XIX). (KLIEMANN, 1986, p. 23-30).

Notas

¹ Conforme o diretor Rheingantz, a colônia teria, em 1866, 372 lotes coloniais, divididos em 340 famílias e 32 solteiros, totalizando 1.637 habitantes. “*Mappa Statistico da Colonia São Lourenço Município de Pelotas relativo ao anno de 1866.*” Foi assinado pelo empresário J. Rheingantz, em 31 de dezembro de 1866. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Coleção Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, maço 72, caixa 37. Não encontramos relatórios do ano de 1867.

² Processo Crime n. 520. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Apers). Comarca de Pelotas. Caixa 006.0311, s/p. As citações que transcrevemos neste texto tiveram o português atualizado. As informações sobre horários e números de envolvidos na revolta foram retiradas desse mesmo processo; entretanto, alguns autores locais divergem sobre tais questões. Eduardo Iepson (2008) analisa algumas dessas repercussões.

³ Jacob Rheingantz era natural da Renânia, migrou para o Brasil na década de 40 (séc. XIX), estabelecendo-se na cidade de Rio Grande – RS, onde trabalhou como comerciante, na casa do também imigrante alemão Guilherme Ziegenbein. Anos mais tarde, casou-se com a enteada de Ziegenbein, assumindo uma sociedade com o antigo patrão. Rheingantz começou a trabalhar na construção da colônia em 1855, mas a primeira leva de imigrantes somente partiu, de Hamburgo, em outubro de 1857, juntamente com os pais e as irmãs solteiras de Rheingantz, pois seus irmãos já trabalhavam na colônia. Rheingantz administrou o núcleo

até seu falecimento em 1877. Sua família continuou como proprietária da colônia até 1893, quando vendeu São Lourenço para outro empresário. (COARACY, 1857; RHEINGANTZ, 1909).

⁴ Um dos principais envolvidos com a fundação da colônia foi o fazendeiro José Antônio de Oliveira Guimarães, político e subdelegado de Polícia do 4º Distrito de Pelotas. Oliveira Guimarães foi sócio de Rheingantz na construção da colônia, até que, anos mais tarde, a parceria fosse liquidada, provavelmente, por desavenças entre eles. O subdelegado Oliveira Guimarães foi um importante intermediador entre os interesses locais e as intenções de Rheingantz, auxiliando, determinantemente, o estabelecimento da família Rheingantz na região de São Lourenço.

⁵ O conceito *posição tríplice* foi usado pelo agente intérprete Lothar de la Rue para caracterizar Jacob Rheingantz. O agente intérprete, ao ler os relatórios sobre a colônia, antes de chegar a São Lourenço para acompanhar as reuniões realizadas após a revolta, chegou a cogitar que as desordens eram provocadas pelas diversificadas e divergentes atuações do diretor da colônia, para ele “Jacob Rheingantz ao mesmo tempo era empresário, diretor e negociante na sua colônia. Se os colonos tinham de recorrer contra o empresário era ao diretor a quem devia procurar, mas que confiança podiam ter nas decisões deste, se era juiz em causa própria?” (*Relatório do Agente Intérprete da Colonização Lothar de la Rue enviado ao presidente da Província João Sertório*, em 14 de agosto de 1869. AHRs. Coleção

Colonização. São Lourenço/empresário/ diretor/diversos. Maço 72, caixa 37).

⁶ Processo Crime n. 520. Apers. Comarca de Pelotas. Caixa 006.0311. O documento é um traslado, ou seja, uma cópia produzida pelo Escrivão do Júri de Pelotas (e não há numeração das páginas nos autos). O processo original foi enviado ao Tribunal da Relação do Distrito, no Rio de Janeiro, para seguirem os trâmites que envolveram a apelação, requerida pelo Juiz de Direito da Comarca local, uma vez que os réus foram absolvidos no primeiro julgamento, em Pelotas. Não foi possível localizar o processo original, nem a decisão do julgamento de apelação; contudo, os acusados retornaram a São Lourenço algum tempo depois do primeiro julgamento, o que pode significar que a sentença de absolvição foi mantida pelo tribunal superior, e que os réus, definitivamente, foram liberados. Neste artigo, em especial, iremos desenvolver os eventos descritos no processo e algumas de suas consequências. Para uma análise das lideranças do movimento e sobre o diretor Jacob Rheingantz, ver Patrícia Bosenbecher (2011) e também Iepsen (2008).

⁷ Uma análise da historiografia local e da mitificação dos colonizadores, presente na região, pode ser obtida em Iepsen (2008).

⁸ O próprio Jacob Rheingantz prestava o serviço de tradutor quando, por exemplo, algum colono de São Lourenço estava envolvido em processos judiciais. (BOSENBECKER, 2011).

⁹ As próximas discussões foram desenvolvidas com base nos seguintes documentos do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), Coleção Colonização, Maço 72, caixa 37: *Correspondência do empresário Jacob*

Rheingantz ao presidente da Província, em 9 de março de 1867; *Ofício do Ministério dos Negócios da Agricultura ao presidente da Província*, em 1867, pedindo explicações sobre a construção de capela; *Correspondência com explicações do empresário Jacob Rheingantz ao presidente da Província*, em 29 de janeiro de 1867; *Abaixo-assinado dos colonos de São Lourenço*, de 20 de julho de 1866, encaminhado ao governador da Província, com reivindicações sobre a administração do diretor da colônia; *Correspondência com esclarecimentos do empresário Jacob Rheingantz ao presidente da Província*, em 12 de setembro de 1867, contendo despacho do presidente, para ser enviada ao chefe de Polícia.

¹⁰ Rheingantz teria acertado com os colonos que o valor dos lotes era de 200\$000 a 250\$000 réis (com variações conforme a localização e a qualidade da terra); no entanto, as cobranças chegavam a 450\$000. A especulação imobiliária é problema corrente nas colônias, um exemplo pode ser visto na supervalorização de lotes na Colônia Mundo Novo (Taquara). Confira Witt (2008, p. 117-120).

¹¹ Conforme *Abaixo-assinado dos colonos de São Lourenço*, de 20 de julho de 1866, encaminhado ao governador da Província, com reivindicações sobre a administração do diretor da colônia. AHRS. Coleção Colonização, Maço 72, caixa 37.

¹² Alguns procedimentos de Rheingantz, como o fato de manter o único comércio que recebia as mercadorias dos colonos em troca do pagamento dos lotes, lembram, em certa medida, a dependência que os imigrantes europeus sofreram nas fazendas de café em São Paulo, onde os fazendeiros mantinham comércios no

interior das suas fazendas, obrigando os imigrantes a gastarem quase todo o salário que recebiam nas próprias vendas. Sem recursos, os imigrantes não conseguiam comprar terras e estabelecer suas famílias, fatos que levaram a vários conflitos no interior de São Paulo.

¹³ Foram ouvidos como testemunhas no processo 520, um guarda e um sargento que integravam o pequeno destacamento, mas a principal declaração foi a do comandante da guarnição, Tenente Marinho.

¹⁴ Depoimento do réu Cristiano Thurow, em 13 de fevereiro de 1868. Apers. Processo Criminal n. 520. Caixa 006.0311. O edital, entre outras regulamentações, proibia os colonos de andarem armados e de se reunirem em grupos até para jogar cartas. (COARACY, 1957, p. 98-99).

¹⁵ Interrogatório do réu Jacob Decker durante julgamento, em 20 de junho de 1868. APERS. Processo Criminal n. 520. Caixa 006.0311. Grifos da autora.

¹⁶ O processo de inventário de Jacob Rheingantz não foi encontrado. Porém, encontramos em inventários de colonos o referido título passado após a morte do empresário e assinado pela viúva, que era então a detentora dos bens. Em inventários anteriores à morte de Rheingantz, outros documentos, como recibos, por exemplo, ou depoimentos de vizinhos comprovavam as posses.

¹⁷ Os acusados de liderarem o movimento de 1867 divergem com relação a esse ponto. A maioria afirma que ficou na colônia Eduardo Wilhelriy, cunhado de Rheingantz, e Guilherme Bauer, sobrinho e caixeiro do empresário. Outros depoentes apontam que o cunhado era

também o caixeiro de Rheingantz. Wilhelriy foi casado com uma irmã de Jacob Rheingantz, que, nessa época, já era falecida. Bauer seria primo de segundo grau de Rheingantz e trabalhava com o empresário, juntamente com outros familiares.

¹⁸ Depoimento do réu Cristiano Thurow, em 13 de fevereiro de 1868. Apers. Processo Criminal n. 520, caixa 006.0311.

¹⁹ Nesse sentido, o Professor Sellin era tratado como aliado de Rheingantz, pois, além de morar com o diretor, foi chamado para dar aulas a quem pudesse pagar; portanto, Sellin não era “benquisto” pelos colonos e não tinha poder de intermediação entre as intenções do diretor e as reivindicações dos colonos.

²⁰ Ernesto Seidl trabalha a importância da mediação de religiosos em áreas de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul. Conforme o autor: “A lógica da mediação cultural pauta-se pelo fluxo de recursos materiais e simbólicos entre diferentes níveis, esferas e espaços sociais, dinâmica que encontra nos mediadores peça fundamental. Parte das estratégias de legitimação social de determinados grupos sociais, a mediação cultural insere-se entre os esforços de consagração de estilos de vida, práticas sociais e valores culturais, empreendida dentro de diferentes esferas, como a intelectual, a acadêmico-científica, a artística, a político-burocrática e a religiosa.” (SEIDL, 2007, p. 78).

²¹ Uma das hipóteses é de que o Delegado de Pelotas, Comendador Alexandre Vieira da Cunha, tenha realizado, previamente, uma investigação policial entre os colonos de São Lourenço, pois foi a primeira autoridade a chegar ao núcleo, para preparar a instalação do chefe de Polícia.

Quando a principal autoridade da Polícia chegou à colônia, foram presos justamente os acusados que apresentamos. Oficialmente, as testemunhas foram ouvidas somente depois que os acusados foram conduzidos presos para Pelotas.

²² Thurow deixou a colônia antes da revolta, retornando somente após o Natal e, portanto, não estava presente nos acontecimentos, atitude bastante suspeita, principalmente, devido ao seu histórico de conflitos com o empresário. Além disso, participou da organização do leilão da venda dos animais da família Rheingantz.

²³ Pronúncia redigida pelo chefe de Polícia Belarmino Peregrino da Gama e Melo, em 19 de fevereiro de 1868; e Pedido de Apelação do Juiz de Direito João Francisco de Moura Magalhães, em 25 de julho de 1868. Apers. Processo Criminal n. 520, caixa 006.0311.

²⁴ De maneira geral, a configuração estabelecida por Rheingantz mudaria lentamente, talvez pela própria força da revolta, mas não podemos deixar de acrescentar que vários comerciantes começaram a se estabelecer no caminho para o porto de São Lourenço e, no próprio porto, localizado fora da área colonial, onde criaram as chamadas “casas de exportação”. Com o passar dos anos, os colonos foram completando o pagamento de suas dívidas e não precisavam mais comercializar seus produtos em troca da quitação da dívida que tinham com Rheingantz. Assim, os colonos começaram a reunir várias famílias, que, em carroças, se dirigiam até Pelotas para comercializar os produtos. A tardia instalação de moinhos na colônia (acreditamos que a instalação do primeiro moinho de grande porte ocorreu em

1865-1866) também contribuiu para o esfacelamento do monopólio de Rheingantz, que não se aventurou nesse tipo de negócio.

²⁵ Podemos comparar a evolução econômica da família Rheingantz (investidores coloniais, comerciantes e, por fim, industriais) e seus investimentos no eixo Pelotas – Rio Grande, com a evolução e influência exercida por Henrique Ritter Filho, A. J. Renner e Frederico Mentz, em Porto Alegre. Esses grandes comerciantes expandiram suas atividades ao ramo industrial, promovendo a industrialização da capital do Rio Grande do Sul, a partir da exploração do comércio nas colônias e com investimentos na área colonial do Vale do Rio dos Sinos e do Caí (empresas de transportes, pequenas indústrias, comércios em geral) e, portanto, promovendo uma industrialização ligada às “conseqüências da colonização alemã”. (SINGER, 1977, p. 165-167).

²⁶ As informações referentes a essa comissão foram obtidas no *Relatório do Agente Intérprete da Colonização Lothar de la Rue*, enviado ao presidente da Província João Sertório, em 14 de agosto de 1869; e no *Quadro [espnótico] das reclamações apresentadas pelos colonos de S. Lourenço á Comm.^{ao} especial do Governo, e decisões que ellas tiverão*. AHRS. Colonização. São Lourenço, empresário, diretor, diversos. Maço 72, caixa 37.

²⁷ *Relatório do Agente Intérprete da Colonização Lothar de la Rue* enviado ao presidente da Província João Sertório, em 14 de agosto de 1869. AHRS. Maço 72, caixa 37.

²⁸ Pedro Affonso Mabilde (1833-1892) era um engenheiro belga, naturalizado

brasileiro. Viveu no Rio Grande do Sul, onde trabalhava em diversas colônias, como funcionário do governo provincial.

²⁹ *Ofício do subdelegado Pedro Affonso Mabilde ao Delegado de Pelotas*, de 3 de

março de 1870, com denúncia sobre tumultos em São Lourenço. Apers. Processo Criminal n. 839, caixa 006.0322.

Referências

- BOSENBECKER, Patrícia. *A colônia cercada de estâncias: imigrantes em São Lourenço/RS (1857-1877)*. 2011. Dissertação (Mestrado) – PPG-História/UFRGS, Porto Alegre, 2011.
- COARACY, Vivaldo. *A Colônia São Lourenço e o seu fundador Jacob Rheingantz*. São Paulo: Saraiva, 1957.
- IEPSEN, Eduardo. *Jacob Rheingantz e a colônia São Lourenço: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história*. 2008. 280f. Dissertação (Mestrado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2008.
- KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: terra e poder*. História da questão agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- MONSMA, Karl. Histórias de violência: inquéritos policiais e processos criminais como fontes para o estudo de relações interétnicas. In: DEMARTINI, Zelia; TRUZZI, Oswaldo (Org.). *Estudos migratórios: Perspectivas metodológicas*. São Carlos: Ed. da UFSCar, 2005. p. 159-221.
- PELLANDA, Ernesto. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1925.
- RHEINGANTZ, Carlos Guilherme. Colônia de São Lourenço: breve histórico de sua fundação, extrahido das notas do arquivo de seu fundador Jacob Rheingantz. In: RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Almanak Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Pinto e Cia.; Livraria Americana, 1909. p. 143-164.
- SEYFERTH, Giralda. Colonização e conflito: estudo sobre motins e desordens numa região colonial de Santa Catarina no século XIX. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org.). *Violências no tempo da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 285-330.
- SEIDL, Ernesto. *Intérpretes da história e da cultura: carreiras religiosas e mediação cultural no Rio Grande do Sul. Anos 90*. Porto Alegre, PPG-História/UFRGS, v. 14, n. 16, p. 77-110, dez. 2007.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1977.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1980.

Fontes consultadas:

- AHRS. Arquivo Histórico do Rio Grande Do Sul. Coleção Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, maço 72, caixa 37.
- AHRS. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Comarca de Pelotas. Cartório: Tribunal do Júri. Processo Criminal n. 520, ano 1867, caixa 006.0311.
- AHRS. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Comarca de Pelotas. Cartório: Tribunal do Júri. Processo Criminal n. 839, ano 1870, caixa 006.0322.
- WITT, Marcos. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, século XX*. São Leopoldo: Oikós, 2008.

WITT, Marcos. *Política no Litoral norte do Rio Grande do Sul: a participação de nacionais e de colonos alemães – 1840/*

1889. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – PPG-História/Unisinos, São Leopoldo, 2001.

